



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 086

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 14 DE AGOSTO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Nelson Garcia
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

S U M Á R I O

DIÁRIO Nº 086

12ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 02

Expediente:

Requerimentos 03

Projetos de Lei 03

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente03

Discussão / Votação:

2ª Discussão03

1ª Discussão04

Discussão Única (Proposições)..05

Encerramento da Sessão09

Publicações:

Errata:

Dir. Geral - Portaria 075/0609

Atas de Comissões

Finanças 10

DIÁRIO Nº 086

12ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 12ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE AGOSTO DE 2006

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Alexandre Curi.

Presenças:

Às dezesseis horas e cinquenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Cida Bor-

ghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (47). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Geraldo Cartário, Ademar Traiano, Duílio Genari, Mauro Moraes e Ratinho Júnior (05). Em licença médica o Sr. Deputado Carlos Simões e a Sra. Deputada Elza Correia (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimento

REQUERIMENTO Nº 1928

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a votação em bloco dos itens 03, 04, 05, 06, 07 e 08 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Projeto de Lei

PROJETO DE LEI Nº 420/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído no Estado do Paraná, o Dia Estadual da Visibilidade Lésbica, a ser comemorado anualmente no dia 29 (vinte e nove) de agosto.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

O projeto tem por objetivo dar visibilidade à mulher lésbica, por isso da instituição do Dia Estadual da Visibilidade Lésbica. O dia servirá como incentivo às ações que proporcionam a discussão sobre o direito à livre orientação sexual, bem como o exercício da plena cidadania.

Ações edificantes considerando o atual quadro de violência e discriminação contra a mulher lésbica, haja vista que a mesma, além de estar em situação vulnerável pelo fato de ser mulher, a despeito da violência de gênero manifestada de diversas maneiras (física, psicológica e sexual), é sobreposta, sendo um considerável agravante, sua situação de vulnerabilidade em virtude de sua orientação sexual como meio de justificar toda agressão e comportamento lesbofóbico.

Ademais, direitos são negados diariamente à mulher lésbica pela omissão legislativa. Verifica-se que o legislativo deixou de criminalizar atos que agredam e discriminem a pessoa em razão da sua orientação sexual, diferentemente do que ocorre com cidadãos que sofreram injúria em razão de sua raça, cor, etnia, religião ou origem (artigo 140, parágrafo 3º Código Penal). A omissão legal sobre o reconhecimento civil das uniões homoafetivas como entidade familiar, bem como a inexistência de dispositivo legal que regre os pedidos de adoção ou reprodução assistida por parte da mulher lésbica.

Contudo, podemos questionar a razão de atribuir visibilidade à mulher lésbica. Ora por esta se encontrar

em uma sociedade heteronormativista, em que a possibilidade de constituir família, trocar carinho publicamente, ser mãe é negada, acaba por ser engolida pela invisibilidade, já que a imagem da mulher imposta socialmente tampouco se associa à mulher lésbica.

Historicamente, no dia 29 de agosto de 1995, no Rio de Janeiro, ocorreu o I Seminário Nacional de Lésbicas, sendo a primeira vez em que se reuniram mulheres lésbicas de todo o Brasil para discutir e deliberar questões relacionadas à lesbianidade. Assim, foi escolhida essa data por ser um marco na organização das lésbicas brasileiras.

Solenizar anualmente o 29 de agosto como Dia Estadual da Visibilidade Lésbica, além de aproximar nosso estimado Estado do Paraná de outros Estados do Brasil, que já incluíram tal data em sua agenda anual de celebrações e, nosso Brasil ser um dos países mais civilizados do mundo que também comemoram este dia.

A data proporcionará uma profunda discussão e reflexão sobre o cenário discriminatório que mulheres lésbicas vivenciam diariamente em nosso Estado. Discussões e reflexões que levam a mudanças sociais, comportamentais e culturais tão necessárias para o exercício da cidadania plena da mulher lésbica paranaense.

Espera-se o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 47 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 165/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 026/06, que autoriza o Poder Executivo a utilizar os recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FED, atualmente geridos pela Agência de Fomento do Paraná S.A. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CO. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. COM EMENDA DA CO AO

SUBSTITUTIVO GERAL. EMENDA DE PLENÁRIO
COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 01
AO PROJETO DE LEI Nº 165/06

A presente Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 165/06, oriundo da Mensagem nº 026/06 do Governo do Estado, objetiva acrescentar ao artigo 1º, parágrafo único conforme redação que segue:

“Art. 1º ”

Parágrafo Único. A utilização dos recursos de que trata este artigo fica condicionada à manutenção das reservas financeiras destinadas à cobertura de compromissos já consignados em orçamento, ou de obrigações de natureza judicial que venham a onerar o Fundo.”

Sala das Comissões, em 14.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL, ELIO RUSCH, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, BARBOSA NETO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES e 1 ilegível.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 165/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de autoria do Poder Executivo, visa autorizar o próprio Poder Executivo a utilizar-se de recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, atualmente geridos pela Agência de Fomento do Paraná S.A.

A presente emenda visa condicionar a vigência da lei à manutenção de reservas financeiras destinados à cobertura de compromissos já consignados em orçamento.

Legitimidade e Legalidade

A Constituição do Estado assegura:

Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembléia Legislativa. (Grifos nossos).

A mesma Constituição veda:

Art. 135. São vedados:

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa; (grifos nossos)

Ainda a Lei nº 14.783/05 que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do Estado, para o exercício financeiro de 2006, reza da seguinte forma:

Art. 30. Os recursos provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão celebrante do contrato, só podendo sofrer desvinculação por lei. (grifos nossos)

Diante dessa previsão, o presente projeto de lei apresenta-se em consonância com a exigência normativa Constitucional, visto que, subsumiu ao exigido e indicou a origem dos recursos, bem como seu destino, e neste momento cumpre a autorização legislativa. Ainda, encontrou total respaldo com o exigido à Lei nº 14.783/05.

A presente emenda, ora em análise, aditiva, acresce ao substitutivo geral o parágrafo único ao artigo 1º, onde condiciona a manutenção de reservas financeiras destinadas à cobertura de compromissos já consignados em orçamento e demais.

Conclusão

Em razão do ora exposto é que nos manifestamos no sentido da aprovação da presente emenda aditiva ao substitutivo geral.

É diante da constitucionalidade do presente projeto aferida que nosso parecer é por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 14.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Apoiamento:

Reni Pereira, Antonio Anibelli, Elton Carlos Welter, Hermes Fonseca, Nelson Justus e Barbosa Neto.

Temos que votar inicialmente neste projeto, o Substitutivo Geral da CCJ, em seguida a emenda da CO ao Substitutivo Geral e depois a emenda de Plenário.

Está em votação o Substitutivo Geral da CCJ. **Aprovado.**

Está em votação a emenda da CO ao Substitutivo Geral. **Aprovada.**

O SR. HERMES FONSECA (PT)

Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Verificação de votação.

Srs. Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se. Voto contrário: Marcos Isfer. Está **rejeitada**, automaticamente, a emenda.

Em votação a emenda de Plenário com parecer favorável da CCJ.

Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovada.**

1ª Discussão

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 013/06, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, aprovando o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, meses de junho e julho de 2006, Resolução nº 003/04. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 013/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos Srs. Deputados, referente aos meses de junho e julho de 2006, conforme Resolução nº 003/04, de 15 de março de 2004.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 02.08.06.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoio:

Antonio Anibelli, Barbosa Neto, Ademar Traiano e 1 ilegível.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO Nº 058/06

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 058/06, prestando contas da verba de créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente aos meses de junho e julho de 2006, regulamentada pela Resolução nº 003/04, de 15 de março de 2004, em seu artigo 14.

Após análise criteriosa do relatório e do movimento para atender despesas constantes da proposição citada, este relator decide pela aprovação das contas apresentadas, pois as mesmas encontram-se exatas, atendendo a legislação ora em vigor.

Isso exposto, este relator resolve pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável - **Aprovado**.

Sala das Comissões, em 02.08.06.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

Requerimento nº 1928, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando votação em bloco dos itens 03, 04, 05, 06, 07 e 08 da Ordem do Dia. **Aprovado**.

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

Discussão Única (Proposições)

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 002/06, veto apostado ao Projeto de Lei nº 404/05, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que dispõe sobre a isenção do pagamento de taxa de inscrição em concursos para cargos públicos aos doadores de sangue e adota outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO

O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO
PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 266/05

Curitiba, 27 de dezembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 377/05, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 404/05, tendo em vista informações da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, de que a pretendida dispensa de pagamento de taxa de inscrição em concursos não atende ao interesse público, porque viria implicar em discriminações entre candidatos, em face de pré-requisitos que seriam exigíveis caso a medida fosse acolhida.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 404/05 encontra-se publicado no DA nº 131/05, de 23/11/05, em Redação Final)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 002/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 404/05, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo dispor sobre a isenção do pagamento de taxa de inscrição em concursos para cargos públicos aos doadores de sangue e adota outras providências.

Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 07.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 012/06, veto aposto ao Projeto de Lei nº 672/05, de autoria do Deputado Elio Rusch e outros, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Governo Federal (recuperação da rodovia BR-163). COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 004/06

Curitiba, 06 de janeiro de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 428/05, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 672/05, por considerá-lo contrário ao interesse público, em razão de que celebração de convênios independe de lei e, ainda, conforme assevera o Secretário de Estado dos Transportes o momento não é oportuno - face medidas que o Governo da União vem adotando - para que o Estado aplique recursos em rodovias federais.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 672/05, encontra-se publicado no DA nº 120/05, de 31/10/05, em Projetos de Lei)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 012/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 672/05, de autoria do Deputado Elio Rusch e outros, autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Governo Federal, objetivando a recuperação da Rodovia BR-163, foi objeto de veto do Sr. Governador Roberto Requião.

Chamada esta relatoria a se manifestar, e por ter sido o veto aposto dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer de que o mesmo encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 07.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 035/06, veto aposto ao Projeto de Lei nº 544/05, de autoria do Deputado Ademir Bier, que autoriza a estadualização de via asfáltica, que liga a BR-277 de Tatu Jupy à Comunidade de Nova União, trecho que liga o município de Céu Azul ao município de São Pedro do Iguaçu. COM RELATÓ-

RIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 040/06

Curitiba, 19 de abril de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 024/05, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 544/05, por julgá-lo contrário ao interesse público, em face de esclarecimentos prestados pela Secretaria de Estado dos Transportes de que, no Orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, inexistem recursos para atendimento das despesas com a pretendida estadualização de estrada e que, a medida, caso acolhida, afrontaria a Lei Complementar Federal nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 544/05 encontra-se publicado no DA nº 011/06, de 08/03/06, em Redação Final)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 544/05

P A R E C E R :

Do Veto

O Projeto de Lei nº 544/05, de autoria do Deputado Ademir Bier, autoriza a estadualização de via asfáltica que liga a BR-277 de Tatu Jupy à Comunidade de Nova União, trecho que liga o município de Céu Azul a São Pedro do Iguaçu, não foi recebido pelo Chefe do Poder Executivo. Em sua justificativa o Governador afirma julgá-lo contrário ao interesse público. De fato o artigo 71, parágrafo 1º da Constituição Estadual prevê:

Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto (...)"

Do Veto

Da forma como o Projeto de Lei nº 544/05 se apresenta, e sob o aspecto formal, se encontra em condições de ser submetido ao Plenário da Assembléia Legislativa do Paraná, para as providências regimentais.

Sala das Comissões, em 30.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 041/06, veto aposto ao Projeto de Lei nº 418/05, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que dispõe sobre a Lei de Promoções dos Oficiais da Polícia Militar do Estado. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 102/06

Curitiba, 08 de maio de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 056/06, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 418/05, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido proposto pelo Chefe do Poder Executivo, fere o princípio da iniciativa do processo legislativo imposto pelo artigo 66 da mesma Carta Constitucional e, ainda, tendo em vista pareceres da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Polícia Militar do Estado, contrários à medida.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 418/05 encontra-se publicado no DA nº 067/05, de 27/06/05, em Projetos de Lei)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 041/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 418/05, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo dispor sobre a Lei de Promoções dos Oficiais da Polícia Militar do Estado.

Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 28.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 045/06, veto aposto ao Projeto de Lei nº 748/05, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que torna obrigatória a reposição do peixe curimatá, anualmente, no Programa de Tanques Redes, do Governo do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 107/06.

Curitiba, 08 de maio de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 008/06, dessa Presidência, e de comunicar a V. Exa. que, de acordo com o artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 748/05, tendo em vista que, segundo análise da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos é, tal como está redigido, de forma pouco específica, considerado contrário ao interesse público e sem condições de plena exequibilidade.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 748/05 encontra-se publicado no DA nº 007/06, de 13/03/06, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 045/06

P A R E C E R :

Relatório

O presente veto parcial do Governo é em relação à proposição aprovada neste Legislativo, sob a autuação de Projeto de Lei nº 748/05, de iniciativa do Deputado Luiz Nishimori, que torna obrigatória a reposição do peixe curimatá, anualmente, no Programa de Tanques Redes, do Governo do Paraná.

A justificativa do veto parcial, segundo o Chefe do Executivo Estadual, é em razão de julgar a disposição do texto contrária ao interesse público, uma vez que, na opinião do Governador, a pouca especificidade inviabiliza até mesmo a sua plena exequibilidade.

Voto do Relator e sua Fundamentação

A função desta Comissão de Constituição e Justiça na apreciação dos vetos governamentais, no nosso entendimento, desdobra-se em duas funções: a primeira de

ordem formal e conclusiva, quando se observar se o veto observou as exigências legais, como a legitimidade da autoridade que apresentou o veto e, acima de tudo, se apresentado no prazo constitucional.

A segunda função, embora não havendo expressa disposição regimental e quem o entende desnecessária, é de ordem opinativa, servindo como base para a apreciação do veto em plenária, quando se fundamenta por razões de inconstitucionalidade ou juridicidade da proposição. Já se o fundamento do veto é por razões de interesse público estamos discutindo uma questão de mérito.

Logo, o parecer opinativo, neste caso, na mesma lógica, deveria ser da Comissão Permanente de Mérito competente. Porém, como não há esta revisão regimental, talvez até com acerto, pois o próprio Plenário fará a análise direta da conveniência ou não ao apreciar o veto. Já se as razões são de ordem formal, continuamos a entender que convém esta Comissão manifestar-se sobre os fundamentos da inconstitucionalidade ou antijuridicidade invocada, ainda que em forma de mero parecer opinativo, vez que não pode ter função terminativa.

Quanto ao exame das formalidades, o autógrafo do presente projeto de lei foi encaminhado e recebido pelo Executivo Estadual no dia 12 de abril de 2006, ao passo que o veto, assinado pelo Governador do Estado, foi encaminhado e recebido nesta Casa no dia 09 de maio de 2006. Logo, considerando o calendário de dias úteis deste período, o veto foi apresentado dentro do prazo estabelecido no parágrafo 1º do artigo 71 da Constituição Estadual.

Quanto às razões do veto, que, por serem fundamentadas no interesse público, que segundo o Executivo inexistem, são de ordem de mérito, entendemos que não cabe a esta Comissão opinar, mas sim à Plenária diretamente analisar as justificativas do veto, sobre a conveniência e oportunidade da proposição.

Conclusão

Destarte, somos de parecer favorável no sentido do regular processamento do presente veto, vez que apresentado na forma legal, e quanto às razões do veto, opinamos pela remessa do veto diretamente para apreciação no plenário desta Casa, pois fundamentado em razões de interesse público, o que é matéria de mérito.

Sala das Comissões, em 12.06.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
ELTON CARLOS WELTER - Relator

ITEM 08

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 073/06, veto aposto ao Projeto de Lei nº 149/06, de autoria do Deputado André Vargas, que dispõe sobre a equiparação salarial entre os servidores públicos do Estado do Paraná de acordo com a mesma habilitação e equivalente carga horária. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/CC nº 224/06.

Curitiba, 25 de julho de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 226/06, dessa Presidência, e de comunicar a V. Exa. que, de acordo com o artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 149/06, por julgá-lo inconstitucional, tendo em vista que, por tratar de majoração de vencimentos e incorporação de vantagens a servidores públicos sem a iniciativa do processo legislativo tenha sido do Governador do Estado, fere o artigo 66, incisos I e II da referida Carta Constitucional e, ainda, por desobedecer disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 149/06 encontra-se publicado no DA nº 021/06, de 29/03/06, em Projeto de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 073/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 149/06, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo dispor sobre a equiparação salarial entre servidores públicos do Estado do Paraná, de acordo com a mesma habilitação e equivalente carga horária.

Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, veta-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto (...) (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 14.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas o último item, se pudéssemos excetuar exatamente para que tivéssemos apenas uma votação simbólica. Acho que é importante essa questão do veto dos professores, se puderem excetuar, Deputado Dobrandino.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já foi aprovado o requerimento de votação em bloco.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

V. Exa. está submetendo agora à votação, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Os que forem favoráveis à manutenção do veto, votarão NÃO, com a cédula preta; os que forem favoráveis à derrubada do veto, SIM, com a cédula branca.

Houve entendimento aí, Deputado?

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Sr. Presidente, era essa a solicitação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já foi votado o requerimento, vamos começar o processo de votação.

Solicito à Deputada Cida Borghetti que proceda à chamada nominal dos Srs. Parlamentares para a votação em bloco.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, o último item, o nº 08: não obstante eu não ser o Líder da Bancada do PT, pediria a atenção dos companheiros, pois é exatamente o Projeto 149 que dispõe sobre a equiparação salarial entre os servidores públicos do Estado do Paraná. É um projeto polêmico que já esteve aqui, fruto de várias polêmicas.

Então, compreendo os Deputados da Base do Governo e pediria aos companheiros da Oposição, aos companheiros da Bancada Independente, e principalmente aos companheiros do Partido dos Trabalhadores que votássemos NÃO, refutando o veto.

Era isso, Sr. Presidente.

Pediria, portanto, voto NÃO para essa votação que está sendo encaminhada em bloco, não obstante se tratar de um projeto de alta relevância.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esclareço mais uma vez ao Plenário: os que forem contra o veto, terão que votar NÃO; os que são favoráveis à manutenção do veto, SIM.

Solicito à Deputada Cida Borghetti que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados para a votação em bloco.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Cida Borghetti**)

(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Trinta e quatro Srs. Deputados votaram.

Solicito aos Srs. Deputados Plauto Miró Guimarães, Francisco Bühner e José Maria Ferreira, para que procedam ao escrutínio dos votos.

Dezoito votos pela derrubada dos vetos. Quinze pela manutenção. Um voto nulo.

Estão mantidos os vetos.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Amanhã, além da Sessão Ordinária, faremos uma Sessão Extraordinária no período da manhã.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Errata

Diretoria Geral - Portaria 075/06

Estamos republicando a Portaria 075/06 por ter havido insuficiência de tempo para a implantação da Comissão criada.

PORTARIA Nº 075/06

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa, com fulcro no artigo 307 e seguintes da Lei nº 6174/70, e no uso de suas atribuições previstas no artigo 8º do Decreto Legislativo nº 52/84,

R E S O L V E :

a) instaurar sindicância, visando apurar os fatos narrados no protocolado sob nº 3865/06, que contém notícias de possíveis desvios ilegais nesta Casa, “com o efeito de obter a realização de despesas públicas a título de pagamentos de vencimentos”;

b) designar o funcionário Hestevard Martin, como Presidente da sindicância, a quem ficam delegados os poderes necessários para tanto, atuando como secretário o servidor José Carlos Pereira Portela, e como membro a servidora Delminda Aparecida Henrique Watanabe, assinalando o prazo de trinta (30) dias para a apresentação de relatório conclusivo que deverá responder aos quesitos do artigo 312, da Lei nº 6174/70 (Estatuto dos Servidores Públicos do Paraná);

c) atribuir caráter reservado para a apuração das investigações para preservação da própria sindicada e eventuais servidores e/ou autoridades envolvidas.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20.06.06.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Atas de Comissão

Finanças

15ª LEGISLATURA – 4ª SESSÃO LEGISLATIVA COMISSÃO DE FINANÇAS 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de abril de dois mil e seis, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 10:00 horas, sob a presidência do Senhor Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Tadeu Veneri, Barbosa Neto e Duílio Genari. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou por aberto os trabalhos, ao mesmo tempo em que o Senhor Deputado Duílio Genari solicita a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, tendo a mesma sido dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia: **01) Projeto de Lei nº 79/06, de autoria do Tribunal de Contas – Ofício nº 245/06**, que transforma cargos na estrutura do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme especifica. Relator Deputado **TADEU VENERI**. Parecer no sentido de solicitar informações do autor do Projeto, na forma que especifica **FAVORÁVEL – APROVADO**. O Senhor Presidente, suspende a reunião para que o Secretário da Comissão proceda o devido contato com o Tribunal de Contas, no sentido de viabilizar, com a máxima urgência, os documentos que foram solicitados pelo Relator da matéria. Sendo que, após o recebimento dos documentos faltantes, a reunião será reiniciada. Com o reinício da reunião, o Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Deputado Tadeu Veneri. **01) Projeto de Lei nº 79/06**, acima especificado. Após a análise dos documentos que faltavam em relação ao projeto supra citado, o meu parecer é **FAVORÁVEL**. Colocado em votação, foi o mesmo **APROVADO** por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos desta reunião, que para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

15ª LEGISLATURA – 4ª SESSÃO LEGISLATIVA COMISSÃO DE FINANÇAS 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de março de dois mil e seis, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14:00 horas, sob a presidência do Senhor Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes senhores deputados: César Seleme, Carlos Simões, Ademar Traiano, Tadeu Veneri e Barbosa Neto.

Havendo número legal, o senhor presidente declarou por aberto os trabalhos, ao mesmo tempo em que o Senhor Deputado Carlos Simões, solicita a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, colocada em votação, foi a mesma aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia: **01) Projeto de Lei nº 069/06**, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 016/06, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 2.498.000,00 (Dois Milhões, Quatrocentos e Noventa e Oito mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, aprovado pela Lei nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005. Relator Deputado **JOSÉ MARIA FERREIRA**. Parecer **FAVORÁVEL – APROVADO**. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos desta reunião, que para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

15ª LEGISLATURA – 4ª SESSÃO LEGISLATIVA COMISSÃO DE FINANÇAS 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e seis, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14:00 horas, sob a presidência do Senhor Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes senhores deputados: César Seleme, Carlos Simões, Ademar Traiano, Tadeu Veneri e Barbosa Neto. Havendo número legal, o senhor presidente declarou por aberto os trabalhos, ao mesmo tempo em que o Senhor Deputado Carlos Simões, solicita a dispensa da leitura da ata da reunião, colocado em votação foi aprovada a dispensa e a mesma foi aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia: **01) Projeto de Lei nº 059/06**, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 016/06, que aprova abertura de crédito suplementar em obras no valor de R\$115.000,00 (cento e quinze mil reais), ao vigente orçamento da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR. Relator Deputado **TADEU VENERI**. Parecer **FAVORÁVEL – APROVADO**. **02) Projeto de Lei nº 066/06**, de autoria do Deputado Hermas Brandão que objetiva conceder redução de base de cálculo do ICMS, nas operações que especifica. Relator Deputado **CESAR SELEME**. Parecer – **FAVORÁVEL – APROVADO**. **03) Projeto de Lei nº 092/05**, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 007/05, que altera dispositivos da Lei nº 12.929, de 09 de janeiro de 1998. (FUNDO PARANÁ, IAPAR, TECPAR, SETI, FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA). Relator Deputado **JOSÉ MARIA FERREIRA**, sendo a leitura do Parecer **FAVORÁVEL** feita pelo Deputado Carlos Simões. O Deputado Elio Rusch, solicita vistas do projeto. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos desta reunião, que para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário